

# A INTERNET COMO ESPAÇO MULTIFACETADO

## Circulação, produção de conhecimento e a construção de si para pessoas negras e indígenas

**Stephanie Lima**

Universidade Estadual de Campinas | DHesca Brasil | InternetLab  
Relatora em Direitos Humanos da Plataforma de Direitos Humanos | Coordenadora de Pesquisa | Campinas, Brasil  
stephanie.lima@internetlab.org.br | ORCID iD: 0000-0001-8627-2960

**Fernanda K. Martins**

Universidade Estadual de Campinas | InternetLab  
Diretora de Pesquisa | Campinas, Brasil  
fernanda.martins@internetlab.org.br | ORCID iD: 0000-0001-6625-6517

**Catharina Vilela A. S. Pereira**

Fundação Getúlio Vargas São Paulo | InternetLab  
Pesquisadora | São Paulo, Brasil  
catharina.vilela@internetlab.org.br | ORCID iD: 0009-0001-5899-2845

### Introdução

**N**a última década, o Brasil passou por relevantes mudanças no que diz respeito a pautas de desigualdade na produção e no acesso ao conhecimento. A primeira delas pode ser compreendida como o próprio reconhecimento, por uma parcela da sociedade, da existência dessas desigualdades (Lima e Campos, 2020; Sousa, 2022). Nesse cenário, a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas no Ensino Superior, é comumente vista como um importante marco. Essa norma, fruto de lutas de movimentos sociais, principalmente, do movimento negro, foi a principal responsável pelo aumento do número de

estudantes negras(os), indígenas e de classes populares nas universidades públicas e em espaços tradicionais de ensino e pesquisa<sup>1</sup>.

Em paralelo ao crescimento do número de estudantes negras(os), indígenas e de classes populares na universidade, o que, por si só, alimentou e segue alimentando questionamentos em torno dos paradigmas do conhecimento que estavam consagrados, nós observamos também o crescimento de outro tipo de espaço que permitia a ampliação de vozes e a busca por pares por parte desses mesmos estudantes. Estamos nos referindo às mudanças ocorridas no campo da internet de forma geral, e especificamente ao surgimento de novas plataformas e aplicativos que possuem diferentes funcionalidades. A partir da segunda década dos anos 2000, observamos mudanças em plataformas e aplicativos como Facebook e WhatsApp, o surgimento do Telegram, do TikTok e do Instagram (Brandão; Vasconcelos 2013: 157) além do desaparecimento do Orkut (Barros *et al*/2015: 2) e do MSN<sup>2</sup>.

Ainda que esses eventos tenham ocorrido em paralelo, o que nos parece significar que se retroalimentaram em alguns questionamentos em torno do fazer científico, uma pergunta que pouco tem sido feita é: de que forma a presença de usuárias(os) no ecossistema digital se conectou ou se conecta com pautas que estudantes oriundos de grupos socialmente marginalizados estavam levantando em espaços acadêmicos mais tradicionais? Em outras palavras, quando entramos em contato com as narrativas que fazem de si, as pessoas que são contemporâneas à Lei de Cotas percebem os espaços online como parte dessa trajetória? Se sim, os significam como benéficos ou prejudiciais no que tange à produção e ao acesso ao conhecimento protagonizado por pessoas negras e indígenas?

Esses questionamentos surgiram no decorrer de uma pesquisa desenvolvida no InternetLab<sup>3</sup> de 2021 a 2023. Nela, com o apoio da Wikimedia Foundation<sup>4</sup>, buscávamos compreender como os debates em torno do apoio ao conhecimento livre, pautado principalmente por ativistas do campo dos direitos digitais e do software livre, tocavam as discussões sobre equidade na produção e circulação do conhecimento quando estamos diante de pessoas negras e indígenas.<sup>5</sup> Nesse sentido, organizamos dois encontros que tiveram como objetivo principal a escuta ativa<sup>6</sup>. Ambos os momentos foram guiados por perguntas ligadas aos

---

<sup>1</sup> Neste artigo não iremos nos ater a uma análise mais densa deste contexto, no entanto, corroboramos as análises de um conjunto extenso de intelectuais que defendem a lei de cotas como um marco político/histórico. Ver: Lima *et al*, 2022; Lima, 2020; Rios, 2008; 2014; Carvalho, 2016; Lima, 2015; Facchini, *et al*, 2020.

<sup>2</sup> G1. MSN Messenger encerra operações no Brasil após 14 anos de atividade. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/05/msn-messenger-encerra-operacoes-no-brasil-apos-14-anos-de-atividade.html>. Acesso em 2 de fev. 2024.

<sup>3</sup> O InternetLab é um centro independente de pesquisa interdisciplinar, que produz conhecimento e promove o debate em diferentes áreas que envolvem tecnologia, direitos e políticas públicas. Para saber mais, acesse: <http://www.internetlab.org.br>.

<sup>4</sup> De acordo com seu site, a Wikimedia é um movimento global cuja missão é levar conteúdo educacional gratuito ao mundo. A presente pesquisa foi resultado de um fellowship financiado pelo Wikimedia Knowledge Equity Fund (Fundo de Equidade no Conhecimento), criado pela instituição em 2020 após o assassinato de George Floyd.

<sup>5</sup> Para saber mais, consultar Lima *et al*, 2024, no prelo.

<sup>6</sup> Aqui, vale destacar que a noção de “escuta ativa” vem sendo trabalhada em diversas áreas do conhecimento como pedagogia, psicologia, sociologia etc. Nesta pesquisa, utilizamos a escuta ativa como

desafios e transformações que vêm ocorrendo no acesso, na produção e na circulação do conhecimento de pessoas negras e indígenas, resultando na construção de um mapeamento.<sup>7</sup> Em uma segunda parte da pesquisa, optamos por entrevistar seis pessoas pertencentes a esses grupos, focando especificamente nas possíveis conexões existentes entre acesso ao conhecimento e acesso a diferentes tecnologias em suas vidas.

Esse artigo é resultado dessas entrevistas, que foram conduzidas e analisadas por três mulheres negras, participantes da equipe do InternetLab. As reflexões apresentadas a seguir buscam estabelecer conexões e discutir, com base nas histórias das pessoas por nós entrevistadas, a relevância das tecnologias e como o acesso e uso delas são influenciados por corpos marcados diferentemente por gênero, raça, idade e território. Por meio dessas reflexões, pretendemos explicitar que as tecnologias em geral, bem como a internet em particular, não são meros coadjuvantes nas questões de produção e acesso ao conhecimento, mas agentes essenciais (Rifiotis, 2012; Sousa, 2023) que, quando presentes, aproximam os sujeitos e, quando ausentes, os afastam do acesso a múltiplas formas de conhecimento.

A partir da análise de diversos autores dedicados à compreensão da interação entre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a sociedade, é possível afirmar que o acesso à internet se configura como um fenômeno social significativo (Collado, 2008; Wajcman, 2000; Lima e Oliveira, 2020). Nesse contexto, a internet e as tecnologias associadas passam a desempenhar um papel crucial na construção de significados individuais, transformando-se em espaços que moldam comunidades e desempenham um papel central no processo mais amplo e complexo de formação subjetiva dos indivíduos.

Na próxima seção, exploraremos as narrativas de três interlocutoras, todas mulheres negras, engajadas em pesquisas e/ou trabalhos relacionados à internet. Nosso objetivo é entender como, no caso delas, essa relação entre a construção da identidade pessoal e a interação com a internet se estabelece e se desenvolve. Ao analisar as experiências dessas mulheres, pretendemos desvelar os mecanismos pelos quais a internet se torna um espaço crucial para a produção de conhecimento e a formação identitária. Durante essa investigação, estaremos atentos às nuances que destacam como a internet influencia suas percepções individuais, valores e interações sociais ao longo da última década.

### **Tecnologia para transformação social e resistência**

Diana Souza<sup>8</sup> compartilhou conosco que seu primeiro contato com a tecnologia digital ocorreu por meio de um curso de informática no qual sua avó a matriculou na Lan House do bairro. Sua avó reconhecia a importância de que a neta dominasse essa tecnologia, especialmente

---

escolha metodológica à luz das perspectivas antropológicas (Hall, 2000; Foucault, 1984; Fanon, 2008; Das, 2011) em conjunto com noções teóricas feministas (Hooks, 1995; Brah, 2006; Collins, 2019) que propõem colocarmos as narrativas e os atores da pesquisa como centrais, não só como dados empíricos, mas na proposta analítica. Desse modo, as perspectivas dos interlocutores ouvidos nestes encontros se entrelaçam com as análises teóricas da pesquisa como um todo e deste artigo.

<sup>7</sup> Transformações, desafios e estratégias: o que mudou após 10 anos da Lei de Cotas? Disponível em: <https://internetlab.org.br/pt/noticias/transformacoes-desafios-e-estrategias-o-que-mudou-apos-10-anos-da-lei-de-cotas/>. Acesso em 21 de jun. 2023.

<sup>8</sup> Diana Santos Souza, 37 anos, Salvador (BA), historiadora.

ao observar os filhos dos patrões da casa onde trabalhava como empregada doméstica, que já a utilizavam.<sup>9</sup> Essa experiência inicial marcou o início da trajetória de Diana no mundo digital e evidencia como as percepções e expectativas de sua família desempenharam um papel significativo em sua introdução às tecnologias da informação.

Minha avó quando eu estava no sexto ano [2002] já achava que era importante que eu soubesse usar computador [...] ela era empregada doméstica, e lá tinha um computador [...] ela acreditava que era importante que eu dominasse [...] a gente quase não usava inclusive internet no curso, a gente trabalhava mais com os aplicativos e softwares de tradução de texto e tabela.[...] nessa época ter computador era uma coisa de outro mundo, nem todo mundo tinha computador, aí tudo o que precisava fazer no computador às vezes eu fazia no trabalho da minha avó. (Trecho de entrevista concedida a equipe do InternetLab em 10.11.2022, Diana)

Já no Ensino Médio, entre os anos de 2006 e 2007, Diana relata que a internet discada chega aos computadores das Lan Houses, assim como ao único computador que tinha na escola. Nesse período, seu uso se concentrava em plataformas de conversa, como o MSN, e em downloads de músicas.<sup>10</sup> As Lan Houses, mencionadas por todas e todos os interlocutores deste texto, consistem em locais com vários computadores interligados à rede de internet. De acordo com Vanessa Pereira (2007), esse fenômeno surgiu no final dos anos 1990 na Coreia do Sul e chegou ao Brasil em 1998. No início dos anos 2000, tornaram-se espaços frequentados principalmente por jovens para jogos e uso de redes sociais. Este artigo sublinhará como as Lan Houses desempenharam um papel crucial no primeiro contato com o computador e a internet, especialmente em um contexto em que poucas residências no país possuíam essas tecnologias. Em 2009, momento inicial da sua graduação, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ela conta ter passado por um processo marcado por muitas dificuldades. Uma dessas dificuldades era não ter um computador para desempenhar as atividades demandadas no seu curso. Foi com o apoio coletivo da comunidade onde morava e a articulação dos estudantes na universidade, que algumas das condições de estudo passaram a melhorar. Vale ressaltar que o seu acesso à universidade se deu em um contexto de expansão de cursos e campi das universidades públicas no Brasil e, no caso da UFBA, cinco anos após a aprovação da reserva de vagas para pessoas negras no vestibular.<sup>11</sup> Outro dado importante para entender o período se refere ao acesso à

<sup>9</sup> O trabalho doméstico no Brasil é comumente conhecido por ser ocupado majoritariamente por mulheres negras com baixa escolaridade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março de 2002, as trabalhadoras domésticas respondiam por 17,4% do total de mulheres inseridas como ocupadas no mercado de trabalho. Ainda em 2012, dentre as trabalhadoras, 64% eram negras e 81,8% tinham no máximo o Ensino Fundamental completo. Segundo Marcia Lima e Ian Prates (2019: 152), entre 2002 e 2012 “houve uma redução significativa de empregadas domésticas, em especial nas faixas mais jovens, assim como um aumento da escolaridade desses trabalhadores”. Apesar de os dados não permitirem uma relação direta dessa diminuição com a expansão das universidades públicas e a Lei de cotas, é comum relatos de jovens negras relacionando o investimento de suas mães e avós na educação das mesmas como uma “fuga” do emprego doméstico.

<sup>10</sup> O MSN Messenger foi um site de mensagens instantâneas criado pela Microsoft em 1999. Este, tornou-se o líder do segmento no Brasil nos anos 2000. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/MSN\\_Messenger](https://pt.wikipedia.org/wiki/MSN_Messenger). Acesso em 15 mar. 2023.

<sup>11</sup> O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2003 pelo governo federal, teve uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e campi. A UFBA, em 2004, aprova através de seu Conselho Universitário a reserva de vagas que incluía estudantes negros (pretos e pardos) e se somava ao conjunto de universidade que realizavam essa aprovação no início dos anos 2000, como a Universidade de

internet. Segundo dados da TIC Domicílios de 2009<sup>12</sup>, apenas 24% dos domicílios tinham acesso à internet e apenas 39% tinham computador, sendo que na região Nordeste esse número caía para 30%<sup>13</sup>.

Apesar de identificar as dificuldades estruturais por que passava no momento inicial da graduação, foi apenas após o contato com o centro acadêmico do curso e, posteriormente, em um coletivo de mulheres negras da universidade que Diana “compreendeu” que as dificuldades que enfrentava estavam relacionadas a sua “condição racial, de classe e de gênero”. No início, os encontros do coletivo eram para trocar experiências de suas vivências em comum, mas com o tempo passaram a discutir textos que, segundo ela, eram para “fortalecer a nossa vivência”.

Nosso grupo [Coletivo de mulheres negras Candance] começou com reuniões presenciais até a chegada do WhatsApp na nossa vida. Então nosso grupo passou a ser um grupo de WhatsApp onde a gente começou a compartilhar essa experiência de ser mulher negra, debater isso, discutir texto, mas também discutir vivência, e foi fortalecendo a nossa identidade, mas também gerando uma reflexão e ancorando a nossa experiência em uma produção acadêmica e em um movimento social mais histórico, conectando a gente com outras mulheres. Então fui conectando a gente com Audrey Lorde, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Ana Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luíza Bairos, a gente foi passando a usar a internet para poder acessar essa produção de conhecimento negro, criada pela nossa própria busca e não por um referencial construído dentro da universidade, então isso foi importante. (Trecho de entrevista concedida em 10.11.2022, Diana)

Para estabelecer conexões entre suas próprias vivências e as de outras mulheres negras, conforme observado, Diana busca inspiração na leitura de autoras negras. Como destacado em diversas etnografias (Lima, 2020; Sousa, 2022; Sousa, 2023), as teóricas negras feministas são apresentadas como elementos adicionais nos quais a “experiência”, a ação política e o reconhecimento de si como intelectual se entrelaçam no processo de construção de identidade para sujeitos que, inicialmente, não se veem representados no cenário universitário. À luz de Collins (2019), podemos afirmar que, diante da necessidade de transformar o silêncio em linguagem como um “ato de autorrevelação”, torna-se imperativa a construção de um “espaço seguro”. Nestes espaços, que, neste caso, assumem uma natureza coletiva, o “poder da autodefinição” se concretiza, e a identidade não é apenas um objetivo, mas um ponto de partida para a troca de “experiências” e conhecimentos entre mulheres negras. Dessa maneira, a identidade negra, reconstruída através da experiência, conforme Franz Fanon (2008) e Neusa Souza (1983) argumentam, encontra no contexto online um mediador significativo. Em outras palavras, considerando que a teoria feminista negra desempenha um papel central na “autodefinição” e é acessada predominantemente via internet, devido à ausência dessas obras nos espaços formais de educação, o ambiente online se configura como um espaço essencial para a produção de si.

---

Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), todas em 2003. Para mais, ver: Lima, 2015.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2009/domicilios/>. Acesso em 10 mar. 2023.

<sup>13</sup> Estamos abordando um contexto em que a concepção de acesso ainda não havia sido enriquecida pela noção de “acesso significativo”, ou seja, as desigualdades que podem permear os diversos modos de acessar a internet ainda não eram devidamente consideradas. Para aprofundamento sobre esse tema, recomenda-se consultar Senne *et al.*, 2020.

Um ponto que Diana traz, e outras interlocutoras que iremos apresentar ainda nesta seção, é a importância da internet no acesso a essa produção de conhecimento de mulheres negras. Além de o WhatsApp ser colocado como central para a articulação política do coletivo, a internet é o principal meio de acesso aos textos das autoras negras, mas não em qualquer lugar.

O portal Geledés foi o principal divisor de águas na visibilidade negra na internet. Era como se antes do portal Geledés existir a gente nem soubesse que tinha preto na internet, eu posso dividir internet antes do Geledés e depois, porque nos repositórios não existe marcador racial, mas na seletividade acadêmica existe um marcador racial implícito [...] E a partir do Geledés a gente está enegrecendo, aí já são leituras, discutindo em grupo de WhatsApp [...] E aí você vê a importância de espaços virtuais de intersecção entre grupos de diferentes localidades que não poderiam se encontrar de maneira síncrona, mas que passam a se articular de maneira assíncrona e a internet tem esse papel, nessa virtualidade, e as redes sociais, principalmente as instantâneas de comunicação, de darem a oportunidade de grupos desprivilegiados na disponibilidade do tempo por conta da exploração excessiva do trabalho. (Trecho de entrevista concedida em 10.11.2022, Diana)

O portal Geledés, mencionado por Diana, é uma plataforma de comunicação vinculada à ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra<sup>14</sup>, fundada em 1988 por mulheres negras, incluindo Sueli Carneiro. Neste contexto, fica evidente que os buscadores desempenham um papel crucial como espaços de acesso a essas obras, destacando-se plataformas específicas destinadas a pessoas negras e indígenas, como o Geledés e grupos de comunidades em redes sociais. Ou seja, a obtenção desses textos, que abordam e refletem sobre experiências compartilhadas<sup>15</sup>, não ocorre predominantemente por meio de plataformas de conhecimento formais.

Neste trecho da narrativa, Diana reforça a centralidade e importância das redes sociais e da internet para a expansão, conexão e organização de movimentos sociais. Assim, o ambiente online emerge como uma oportunidade para que indivíduos, que originalmente não teriam disponibilidade para participar de reuniões presenciais dos movimentos, possam integrar de alguma forma ações políticas. Isso amplia as noções territoriais e até organizacionais do que tradicionalmente se compreende como o exercício político<sup>16</sup>.

Ao ingressar na universidade durante o ano de aprovação e intensificação do debate sobre a lei de cotas no país, a trajetória e a narrativa de Fernanda<sup>17</sup> têm pontos de convergência e divergência em relação a Diana, proporcionando uma compreensão mais complexa da relação entre experiências diversas, construção de identidade e o papel da internet. Fernanda Sousa recorda seu primeiro contato tardio com a tecnologia, ocorrendo na “pré-adolescência ou

<sup>14</sup> Segundo a descrição do site: “O Portal Geledés é o espaço de expressão pública das ações realizadas pela organização no passado e no presente, e de seus compromissos políticos com a defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos, a denúncia permanente dos entraves que persistem para a concretização da justiça social, a igualdade de direitos e oportunidades em nossa sociedade.” Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>. Acesso em 10 mar. 2023.

<sup>15</sup> Neste texto não iremos nos ater à importância das organizações e mídias negras na produção e circulação do conhecimento de pessoas negras. Entretanto, vale ressaltar que a existência dessas organizações no Brasil data ainda do início do século XX. Para mais, ver: Pinto, 2010; Gonzalez, 1982; Domingues, 2007; Pereira, 2010, Nascimento e Nascimento, 2000.

<sup>16</sup> Essa análise vem sendo feita por um conjunto de autores que se dedicam às análises recentes dos movimentos sociais, ver: Lima, 2020; Facchini *et al.*, 2020.

<sup>17</sup> Fernanda Sousa, 29 anos, São Paulo (SP), doutoranda em Letras pela USP.

adolescência”, em uma época em que a internet em sua casa era “muito ruim e discada”. Nesse período, seu uso online se limitava a plataformas de mensagens instantâneas como o MSN – assim como no caso de Diana –, “bate papo da UOL” e jogos online. Somente após ingressar na universidade é que ela passa a utilizar a internet de maneira mais concreta para estudos.

É relevante observar que, embora Diana e Fernanda compartilhem a mesma origem de classe social, as diferenças territoriais – uma sendo moradora do Sudeste (São Paulo) e a outra do Nordeste (Salvador) – expõem outras desigualdades. Nos anos de 2006/2007, que marcaram a pré-adolescência de Fernanda e a adolescência de Diana, a presença de computadores nas residências do Sudeste e do Nordeste era discrepante. De acordo com a TIC Domicílios 2005, o índice de residências com computador em São Paulo era de 27,3%, enquanto em Salvador caía para 15,78%. Já os domicílios com internet em São Paulo eram 21,91% e, em Salvador, 13,35%<sup>18</sup>. Assim, apesar de compartilharem marcadores sociais como gênero, raça, geração e classe, a diferença territorial as distanciou em relação ao acesso facilitado a tecnologias e internet. Dessa forma, ao refletirmos sobre o acesso e a produção de conhecimento no contexto online, torna-se evidente que o marcador territorial desempenha um papel central na realidade da população negra e indígena, como será explorado na próxima seção.

Retomando a trajetória de Fernanda, ela conta que entra no curso de Letras na USP em 2012 e, apesar de a universidade não ter cotas naquele ano, o debate sobre o tema era muito presente, o que a aproxima do movimento negro na universidade e “transforma” sua trajetória<sup>19</sup>.

[U]m ponto de inflexão na minha trajetória que foi o contato com o movimento negro no interior da USP<sup>20</sup>, [...] eu fui tendo contato sobre esse assunto, ganhando uma consciência política em relação ao racismo, mas também uma consciência racial em relação a mim mesma, que até então minha identidade não estava muito bem estabelecida na dimensão racial, fui me identificando com uma mulher negra, ainda mais por estar em espaço branco como a USP [...] eu comecei a fazer questionamentos, não necessariamente aos professores, mas a mim mesma quando eu via as bibliografias, de pensar cadê os autores negros, onde estão esses escritores. E quando eu estava nos espaços do movimento negro eu era apresentada a intelectuais negros, que já tinham morrido, mas que eram importantes, mas também acabava conhecendo pesquisadores e pesquisadoras negras que eu não via sendo citada por aí. Então eu acabei criando uma espécie de formação alternativa, enquanto eu fazia a formação tradicional do curso, eu fazia pesquisa procurava esses intelectuais negros, então eu fazia muita busca no Google, Lélia Gonzalez e tal, entrava muito no sistema da biblioteca para achar o trabalho de algumas dessas pessoas porque

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2005/domicilios/>. Acesso em 10 mar. 2023.

<sup>19</sup> A USP aprovou a reserva de vagas para negros e indígenas, através do Conselho Universitário, apenas em 2017, tendo sido uma das últimas universidades públicas do país a adotar a medida.

<sup>20</sup> Apesar de a USP não ter um sistema de cotas, tem em seu interior o Núcleo de Consciência Negra da USP, movimento fundado em 1987 e importante ator no movimento negro nacional no Brasil. Segundo o blog: “O Núcleo de Consciência Negra é uma entidade sem fins lucrativos e autônoma do movimento negro que tem como objetivo a luta contra o racismo, o preconceito e todas as formas de discriminação (racial, sexual etc.). Fundado em 1987, a partir da iniciativa de funcionários, estudantes e professores da Universidade de São Paulo, o NCN, além de atuar em várias instâncias do movimento negro, desenvolve diversos projetos educacionais e sociais, como o curso popular pré-vestibular, o centro de estudo de idiomas (inglês, francês e espanhol) e atividades de formação como debates e cursos sobre a questão racial no Brasil, oficinas de grafite e hip hop, dentre outros. Embora realize uma grande quantidade de projetos, o NCN não recebe nenhum tipo de financiamento ou apoio institucional da Universidade de São Paulo.” Disponível em: <<http://www.ncn.org.br/index.php/quem-somos/historico>>. Acesso em 10 mar. 2023.

muitas vezes tinha na biblioteca. Então eu comecei a fazer essa busca por essas referências que eu não encontrava no curso. E aí nesse processo eu acabei em um mergulho tão intenso de achar essas experiências e de procurar esses autores que eu via a necessidade de compartilhar aquilo que eu achava, era uma pesquisa muito de escavação, de achar esses pdfs. [...] Na época eu criei um blog chamado “Afroteca”, e nele eu colocava os PDFs. E aí eu recebi uns e-mails dizendo para eu tirar, direitos autorais, e eu coloquei lá as referências, tinha lá umas 500 referências [...] Então a tecnologia acabou sendo uma ferramenta também de dividir aquilo que eu sabia, que eu encontrava na internet, era uma época em que bell hooks não estava traduzida, então eu achava os PDFs em inglês e colocava lá. Então a internet acabou sendo essa ferramenta de acessar esses conhecimentos[...] esse repertório de referências negras foi muito consolidado de maneira autônoma nesse período e muito mediado pela tecnologia porque aquilo que eu não achava na biblioteca, e muita coisa eu não achava na biblioteca, eu achava na internet, além de ficar sabendo de eventos, discussões, pela internet, pelas redes sociais. (Trecho de entrevista concedida em 16.11.2022, Fernanda)

Assim como Diana, Fernanda, após se envolver com o coletivo negro na universidade e construir sua identidade como mulher negra, busca e acessa principalmente autoras vinculadas ao feminismo negro brasileiro, como Lélia Gonzalez, e ao norte-americano, como bell hooks. Utilizando buscadores, ela realiza um “mergulho intenso” que conecta suas experiências pessoais e vivências com a produção intelectual dessas autoras. Encontrar essas referências em um movimento de “escavação” conduz Fernanda a um processo no qual simultaneamente constrói sua identidade como mulher negra e como intelectual.

bell hooks (1995: 467), em um texto sobre intelectuais negras, destaca como “estar à margem” produz uma forma particular de “ver a realidade”, olhando “tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora”. Para hooks (1995), um intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas. Expandindo essas fronteiras para além do gênero e da raça, Lélia Gonzalez aborda em suas obras a importância da marcação territorial e conceitua o que chama de “amefricanidade”. Ela afirma que “a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas)” (Gonzalez 1988: 76), direcionando para a construção de uma identidade étnica. A complexificação da relação entre experiência, identidade e produção de conhecimento, presente na obra dessas autoras, fundamenta teoricamente a construção do conceito de interseccionalidade<sup>21</sup>, amplamente utilizado atualmente.

A necessidade e a importância dessa reconstrução de si levam Fernanda a criar o blog “Afroteca”, que reúne os PDFs dessas autoras. Dessa forma, sua “escavação”, inicialmente

---

<sup>21</sup> Neste artigo não iremos explorar detidamente esta categoria, mas vale destacar que, segundo Jurema Werneck (2016), interseccionalidade é uma categoria de extrema importância para a análise social, gerada no bojo da teoria feminista negra. A autora afirma que, apesar de ter sido cunhada por Kimberlé Crenshaw, em 2002, análises sociais interseccionais já estavam presentes em obras de feministas negras norte-americanas e brasileiras, na década de 1980. Werneck (2016) define interseccionalidade como: “Assim, ao destacar a intersecção, a conexão, a interdependência das diferentes ‘variáveis’ presentes nas relações sociais e políticas, essa ferramenta permite dar um sentido mais complexo a noções de diversidade, diferença e discriminação. A interseccionalidade permite visibilizar as diferenças intragrupo, inclusive entre aqueles vitimados pelo racismo, favorecendo a elaboração de ferramentas conceituais e metodológicas mais adequadas às diferentes singularidades existentes. Permite, ainda, maior consistência na compreensão dos modos de aproximação e realização dos princípios de universalidade, integralidade e equidade na política pública” (Werneck 2016: 543).



solitária, passa a facilitar o acesso a esse conhecimento por outras e outros jovens negros. Assim, a construção da identidade dessas e desses jovens negros sempre envolve o coletivo, inicialmente de maneira prática, em organizações presenciais e encontros pessoais, e posteriormente a troca e busca de textos possibilitada pela internet levam à compreensão de uma identidade coletiva do que é ser negro.

Outro ponto de semelhança entre as narrativas de Diana e Fernanda é a importância da internet como um espaço de contato, articulação e, igualmente, como um local propício para a existência de espaços específicos de troca e conhecimento de pessoas negras.

[A] tecnologia foi fundamental para conhecer pessoas, hoje eu conheço pesquisadores de vários lugares do Brasil por conta da internet e de fazer articulações, de ver que você não está sozinho, com a internet também fui vendo como eu não estava sozinha, como minha luta se ligava com a de outras pessoas e de baixar realmente muitos textos e tal, muita coisa conseguia acessar pela internet.[...] Blogueiras negras foi muito importante [...] Eu acho que pelo fato das coisas estarem tão mais acessíveis hoje se torna ainda mais inaceitável a ignorância dos professores. (Trecho de entrevista concedida em 16.11.2022, Fernanda)

O site Blogueiras Negras, citado por Fernanda, surge em 2012 e se apresenta como uma comunidade “produtiva de blogueiras, com aproximadamente 200 autoras, mulheres e negras dispostas a tornar a escrita uma ferramenta contra opressões incidentes sobre a mulher negra como racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia, classismo e gordofobia”<sup>22</sup>. Ao trazer a referência deste blog, Fernanda argumenta que a internet e a existência desses espaços “escancara[m] ainda mais a ignorância e falta de disposição” acerca dos conhecimentos sobre e de pessoas negras<sup>23</sup>. Segundo ela, e todas e todos os interlocutores ouvidos para esse artigo, a internet demonstra que há conhecimento sobre e de pessoas negras e indígenas que está lá e muito bem fundamentado. Apesar destes conhecimentos muitas vezes estarem reunidos apenas em mídias e sites que abordam especificamente questão racial negra ou indígena, como veremos na seção seguinte, essa barreira é colocada mais como um exemplo do epistemicídio que atravessa estruturalmente o conhecimento negro e indígena do que como algo que incide sobre a qualidade dele. Acerca disso, Glenda, terceira e última interlocutora que trazemos nesta seção, afirma: “a gente só precisa sair dessa arrogância sedentarizada e branca para encarar que existem outros modos de saber que precisam ser incorporados para que a gente pare de encarar tudo com essa visão apocalíptica de que não há resposta enquanto a resposta está aí”.

Glenda Dantas<sup>24</sup> é a mais jovem das entrevistadas; ao responder sobre seu primeiro contato com tecnologias digitais, sugere uma ampliação do que se compreende desse conceito.

Mas primeiro contato é uma pergunta difícil porque hoje já tenho outra perspectiva sobre tecnologia, se você me perguntasse isso há alguns anos eu provavelmente diria quando eu ganhei meu primeiro celular, mas hoje a minha perspectiva sobre tecnologia é outra. Inclusive pensando nas tecnologias [...] o que minha avó fazia, o que minha mãe fez para criar a gente e potencializar os nossos sonhos também é a tecnologia. Mas quando eu penso assim num contexto de aparatos e de acesso à internet, por exemplo, foi, se eu não me engano, eu tinha na faixa de uns dez anos,

<sup>22</sup> Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em 10 mar. 2023.

<sup>23</sup> Assim como Geledés e outras mídias negras, o Blogueiras Negras já compõe o cenário de referência neste campo gerando teses e dissertações sobre o blog, ver: Silva, 2019.

<sup>24</sup> Glenda Dantas Cardoso, 25 anos, Salvador (BA), jornalista.

quando a gente teve o primeiro computador em casa, o computador de mesa e com internet a cabo, não Wi-Fi. (Trecho de entrevista concedida em 16.11.2022, Glenda)

A ampliação do que se compreende por tecnologia surge na fala de Glenda e se encontra com um debate que mulheres negras, que vêm atuando nesse campo, estão reforçando. Segundo Lima e Oliveira (2020), em artigo sobre as formas como mulheres negras têm se apropriado de ferramentas tecnológicas, há em curso uma ampliação do que se entende como tecnologia, o que é visto, por exemplo, quando as mulheres negras nomeiam ações de inovação para sobrevivência tomadas por suas mães e avós como tecnologias. Considerando a análise dos dados do *PretaLab Report*, realizado com mulheres negras e indígenas que atuam no campo da tecnologia no Brasil, organizado pela organização PretaLab e publicado em 2018<sup>25</sup>, as autoras apontam que as mulheres negras se apropriam das ferramentas para obter conhecimento tecnológico com intuito de promover transformações sociais e resistência.

Vimos que, na trajetória de Diana e Fernanda, essa apropriação das ferramentas, com finalidade para transformação, se inicia após a entrada na universidade. Em contrapartida, para Glenda esse objetivo chega ainda no Ensino Médio.

Eu tive um projeto interdisciplinar sobre heróis e heroínas negras e cada turma pegou um tema e o da minha sala foi Luiza Mahin e eu comecei a pesquisar sobre ela na internet. O professor deu um panorama de quem ela era, mas eu fiquei instigada do porquê eu não saber quem era ela, eu já tinha 14, 15 anos na época e como é que eu nunca ouvi falar dessa mulher, gente? [...] foi quando me atentei a essa dimensão do epistemicídio e eu lembro bem desse dia, que nessas pesquisas eu fiquei “gente, é muito apagamento, preciso mostrar para as pessoas quem é ela, quem são essas pessoas, e não, a gente não sabe”. E aí foi fundamental, um divisor de águas, foi também no processo de começar a usar, por exemplo, o Instagram, Facebook, e a seguir influenciadoras que falavam sobre cabelo [...] os perfis de rede social que eu passei a acompanhar e que inclusive recomendam textos, livros e outros formatos, os podcasts também que contribuem para essa construção e afirmação de identidade. [...] Então caminha muito mesmo o avanço da tecnologia, a conservação da memória e acessos. (Trecho de entrevista concedida em 16.11.2022, Glenda)

Nesse trecho, Glenda traz algumas camadas que nos ajudam a entender o contexto mais amplo dessa geração mais recente. Seu primeiro contato com debates de gênero e raça foi mediado por um projeto interdisciplinar, comum nos currículos do colégio onde estudou, o Instituto Federal da Bahia (IFBA). Inaugurado em 2012, o IFBA faz parte de um contexto de ampliação das políticas de acesso à educação formal iniciado ainda com o REUNI, em 2003, e ampliado em 2009 com a criação dos Institutos Federais (IFs). Hoje, os IFs somam 38 em todo o país e estão presentes, principalmente, nos interiores dos Estados, mantendo cursos de graduação e educação básica. Além disso, em 2015, o cenário de acesso à internet era distinto. O número de domicílios com internet somava 51%, um aumento de 27% em relação a 2009, ano em que Diana e Fernanda estavam no início da graduação e no Ensino Médio, respectivamente<sup>26</sup>.

A outra camada neste trecho é sobre o “despertar ao epistemicídio”. Vale ressaltar que epistemicídio é um conceito muito utilizado por atores do campo ao falarem sobre desigualdades

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.pretalab.com/report-2018>. Acesso em 15 mar. 2023.

<sup>26</sup> Disponível em: [tic\\_domicilios\\_2021\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://www.tic-domicilios_2021-coletiva_imprensa.pdf). Acesso em 10 mar. 2023.

de acesso e produção de conhecimento de pessoas negras. Criado por Boaventura de Souza Santos e muito referenciado no Brasil a partir da obra de Sueli Carneiro (2005), podemos defini-lo como um conjunto de práticas que nega, dificulta e elimina a produção de conhecimento construída por pessoas não brancas. O choque com o apagamento, ou epistemicídio, de histórias como a da Luísa Mahin a leva a se apropriar das ferramentas e, por meio das redes sociais, saber mais sobre si, ou seja, sobre ser uma mulher negra. Essa busca de Glenda que ocorre intermediada por influenciadores que falam sobre cabelo nas redes sociais e a construção de si vão ao encontro de outros trabalhos desenvolvidos sobre o tema<sup>27</sup>.

Gleicy Silva (2019) argumenta sobre a relação direta entre um contexto recente de crescimento da afirmação identitária e a intensificação dos olhares para o corpo, tendo a noção estética como um componente político central. Para a autora, renovados cenários de reafirmação da identidade e exploração política acentuam a atenção voltada ao corpo e à concepção de beleza, ao mesmo tempo que destacam novas oportunidades de envolvimento.

Em 2016, Glenda entra no curso de comunicação social da UFBA e, apesar da diferença temporal da entrada na mesma universidade com Diana, as duas relatam uma dificuldade no currículo do curso para contemplar os desejos e anseios de conhecimentos que elas tinham. Além disso, ela reforça que foi na universidade que expandiu sua percepção sobre tecnologia e conhecimento, marcando o contato com o movimento de mulheres negras como ator central.

Tomada por questões evidentes de gênero, raça e internet, Glenda em 2019 cria o Conexão Malunga com Mariana Gomes<sup>28</sup>. Ela conta que a criação do grupo veio a partir da percepção delas de que a governança da internet era uma área muito importante, pois pensava o futuro da internet no Brasil, mas ao mesmo tempo muito embranquecida. Elas passam a compor espaços de debates como o próprio Comitê Gestor da Internet (CGI), encontros como o Fórum de Internet do Brasil (FIB), com o intuito de racializar o debate acerca desse tema, criando o que chama de metodologias ciberativistas afrocentradas<sup>29</sup>.

A gente começou a fazer, pensar algumas metodologias e fazer alguns cursos com a galera ciberativista e ativista sobre segurança digital, porque a gente entende que é uma dimensão fundamental da noção de preservação também da nossa existência, foi se referenciando muito na questão de bem viver [...] esse conceito com base no que foi construído pela Marcha de

<sup>27</sup> Diversos trabalhos já apresentaram a relação de proximidade entre estética e construção da identidade negra, como o clássico de Nilma Lino Gomes “Sem perder a Raiz” (2019). Contudo, trabalhos etnográficos recentes, como de Marcella Betti (2022), nos mostram como o crescimento da busca online da “transição capilar” e cuidados com cabelo está intrinsecamente relacionada à construção da identidade racial e, por conseguinte, do crescimento da autodeclaração (como pretas e pardas).

<sup>28</sup> No site oficial elas afirmam ser: “um grupo formado por pesquisadores jovens, negras e indígena, das Ciências Sociais, Comunicação e Pedagogia. Pensamos tecnologias por meio dos saberes afro-brasileiros, da promoção da igualdade racial e do combate a opressões interligadas”. Disponível em: <https://conexaomalunga.org.br/sobre/>. Acesso em 15 mar. 2023.

<sup>29</sup> O CGI “tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil”. Disponível em: <https://www.cgi.br/sobre/>. Acesso em 10 mar. 2023.

O FIB, promovido pelo CGI “busca incentivar representantes dos setores que o compõem a acompanharem, opinarem e debaterem sobre as questões mais relevantes para a consolidação e expansão de uma internet no Brasil cada vez mais diversa, universal e inovadora, que expresse os princípios da liberdade, dos direitos humanos e da privacidade, de acordo com o decálogo de Princípios para a Governança e Uso da Internet”. Disponível em: <https://forumdainternet.cgi.br/>. Acesso em 10 mar. 2023.

Mulheres Negras de 2015 em que o lema foi pelo bem viver. Aí a gente pensou, poxa, isso aqui, essas mulheres estão pensando tecnologia muito antes de a gente estar aqui na universidade, então é algo que está sendo pensado há muito tempo e que a gente foi trazendo também na Conexão Malunga, então é um projeto sobretudo ciberativista, mas que visa compartilhamento sobretudo de saberes. (Trecho de entrevista concedida em 16.11.2022, Glenda)

Assim como Fernanda e Diana, Glenda reconhece que o debate sobre tecnologia e o que ela vinha realizando na Conexão Malunga não era algo recente, mas sim resultado de um longo diálogo gerado no âmbito do movimento de mulheres negras. Esse reconhecimento, permeando todas as narrativas, ressalta novamente que o processo de reconstrução de si é intrinsecamente coletivo. Outro ponto que Glenda destaca nesse trecho diz respeito às vulnerabilidades que os avanços tecnológicos podem trazer para determinadas populações, especialmente a população negra. Nesse contexto, a compreensão de que a tecnologia e a internet devem ser pensadas considerando o contexto e as desigualdades estruturais presentes no país, como o Brasil, torna-se crucial para evitar que se tornem instrumentos de fortalecimento da exclusão social. Em outras palavras, a tecnologia deve ser empregada com o propósito de promover transformação social e resistência.

### **Tecnologia para contar a “verdadeira história”**

Nesta seção, exploraremos o segundo conjunto de narrativas, entrevistando três interlocutores indígenas, seguindo o mesmo caminho analítico da seção anterior. Nosso objetivo é compreender como a internet se configura como um espaço de produção de conhecimento para esses diferentes sujeitos e grupos. Como mencionado na introdução, a pesquisa mais ampla, da qual este artigo deriva, examina as desigualdades na produção e acesso ao conhecimento de pessoas negras e indígenas, conectando essa discussão aos debates sobre conhecimento livre.

Além das dificuldades de articulação entre esses dois temas amplos - desigualdade no conhecimento e conhecimento livre -, durante a pesquisa, também nos deparamos com as diferenças substanciais entre a população negra e indígena. Além das diferenças intrínsecas desses grupos, o compartilhamento de experiências e vivências comuns entre as pesquisadoras e as interlocutoras negras gerou um processo de maior aproximação, tanto narrativamente quanto analiticamente, considerando que o referencial teórico também era compartilhado. Durante as entrevistas, as interlocutoras negras expressavam sentir-se compreendidas ao saberem que compartilhavam os mesmos marcadores de gênero, raça e faixa etária com as pesquisadoras.

Por outro lado, com os interlocutores indígenas, quando nos apresentávamos como antropólogas e pesquisadoras em um centro de pesquisa, a recepção inicial era de desconfiança. Gradualmente, durante as entrevistas, ao verem tratar-se de uma pesquisa conduzida por jovens mulheres negras, os interlocutores identificavam algum nível de aproximação e enalteciam o fato de se sentirem ouvidos.

Além de considerar importante explicitar esse ponto de diferenciação no processo da pesquisa, apresentamos essa questão com objetivo de ressaltar as diferenças de profundidade entre as narrativas de trajetórias dos diferentes grupos. Como vimos na seção anterior, durante as entrevistas, as mulheres negras adentraram de modo profundo em suas narrativas de si. Veremos nesta seção que os interlocutores indígenas constroem a narrativa de forma mais

centrada no coletivo. Diferentemente das mulheres negras que em um momento específico passam a se construir como negras ou a se perceberem como parte de um coletivo político, as e os indígenas entrevistados não se colocaram de fora de seu povo ou seu grupo – não narrando a si mesmos como sujeitos a nível individual.

Por meio deste conjunto de narrativas pudemos observar que a construção de si como sujeitos indígenas é um processo que ocorre desde o início da vida da pessoa em seu território. Por essa razão, a internet e a universidade se manifestam como lugares onde pessoas indígenas contam sobre ser indígena. Nesse sentido, enquanto a universidade e a internet surgem como espaços que contribuem para uma reconstrução e formação de si para mulheres negras, nas narrativas indígenas, esses espaços são meios para apresentação e divulgação de epistemologias tradicionais.

Eliel Benites Guarani Kaiowá<sup>30</sup> inicia a entrevista dizendo ser professor indígena Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, diretor da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) na Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD).<sup>31</sup> Ele conta que seu primeiro contato com a tecnologia foi através de projetos sociais, no início dos anos 2000, um vinculado à Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)<sup>32</sup> e outro chamado Ponto de Cultura, administrado pelo Ministério da Cultura. Esse primeiro contato com a tecnologia mediado por projetos de universidades, ONGs ou programas governamentais/estaduais surgem nas três narrativas dos indígenas que apresentaremos nesta seção.

De acordo com Alejandra Pinto (2008), essa relação não é uma coincidência. Em seu artigo, a autora afirma que a inclusão digital indígena começou pelas políticas públicas e, logo depois, o setor privado, mediado pelas ONGs, passou também a criar projetos e medidas que perseguiram um caminho semelhante. A autora ressalta ainda algumas políticas realizadas no final da década de 1990 e início dos anos 2000<sup>33</sup>, no entanto, afirma que, dentre esses programas, o mais “vinculado à sociedade” e que “atingiu os povos indígenas” foi o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura e seus Pontos de Cultura.

“Cultura Viva é o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, que pretende estimular o uso das tecnologias da informação para criar uma rede multimídia de produtores culturais. As entidades que vão abrigar os pontos recebem dinheiro, equipamentos e capacitação para fazer o

<sup>30</sup> Eliel Benites, 47 anos, etnia Guarani-Kaiowá, Dourados (MS), diretor da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND).

<sup>31</sup> Segundo Eva Ferreira e Beatriz Landa (2020), a UFGD, após a criação do programa de licenciatura de formação de professores Teko Arandu, em 2006, ampliou significativamente a presença de estudantes dos povos Guarani e Kaiowá neste e em cursos tradicionais da universidade.

<sup>32</sup> Ferreira e Landa (2020: 273) apontam que a UCDB, desde 2005, faz parte do projeto “Redes de Saberes - Permanência de Acadêmicos Indígenas no Ensino Superior”, desenvolvido por mais três universidades e financiado pela Fundação Ford. Em artigo, as autoras descrevem a importância do projeto para ampliação e permanência de indígenas nas universidades no estado do Mato Grosso do Sul, estado que “possui uma das mais significativas populações indígenas do país, com 75 mil pessoas constantes no Censo de 2010 (IBGE, 2010), pertencentes a oito povos (Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinai, Guató, Atikum e Ofaié), sendo considerado o segundo estado em número de pessoas indígenas no país”.

<sup>33</sup> Segundo Pinto (2008), o Programa Sociedade da Informação, assinado em 1999, foi o primeiro programa com objetivo de ampliar a inclusão digital no Brasil. Além disso, ela pontua que o Programa Casa Brasil, vinculado à Casa Civil, já em 2005, estabeleceu uma maior capilarização desse processo e inclusão social digital.

que há que fazer e que os torna pontos vitais: reunir brasileiros e produzir cultura”. (Pinto 2008: 10)

Eliel conta que nos dois projetos tinham laboratórios com computadores onde os indígenas podiam editar textos, fotos, vídeos, e, por essa razão, ele se aproximou do movimento audiovisual indígena. Entretanto, diz que a qualidade da internet era muito ruim e, por isso, quando se conectava era para utilizar redes sociais – na época o Orkut. Além disso, ele relata que, antes da internet, a televisão era a única tecnologia na comunidade e o único meio de comunicação para fora dela:

A televisão era o único instrumento de comunicação que estava ao vivo e também de uma forma unilateral. Então a escola atuava de uma certa maneira em relação ao acesso às informações globais, a internet é mais diversificada, lá dá opção, você acessa o que te interessa e você participa nela, que é o você questionar, criticar conteúdos [...] a internet traz ao mesmo tempo uma imagem, ou uma informação oficial, [...] você pode fazer crítica, elogio e também obter novas relações sociais via online. (Trecho de entrevista concedida em 23.11.2022, Eliel)

Quando questionado sobre os usos da internet na comunidade, ele apresenta dois elementos distintos dos mencionados pelas interlocutoras na seção anterior. O primeiro refere-se à utilização da internet como meio de comunicar a realidade do indígena para fora da comunidade. O segundo diz respeito à visão de como a internet pode representar esse lugar do mundo externo para o indígena. Em seguida, na sequência da narrativa, ele destaca a possibilidade de “diluição” das identidades devido ao excesso de contato com a ocidentalização, que é materializada pela internet.

Quando começa o smartphone a obter o acesso à internet, começa a entrar na comunidade. [...] Hoje é comum na comunidade indígena, principalmente os jovens, inclusive até rezadores, terem celular e utilizarem esse celular com internet, mesmo com crédito próprio, ele abastece o celular pelo aplicativo e tal para acessar a internet, principalmente o WhatsApp e o Facebook. [...] eu vejo que é muito positivo porque o acesso às informações através de novas tecnologias, principalmente a internet, com as comunidades, pessoas, abre um horizonte maior, começa a enxergar o mundo através dessas novas tecnologias. [...] através dessas novas tecnologias você está colocando seus saberes e práticas, valores tradicionais nesse mundo também, nesse mundo digital porque o mundo digital para os povos indígenas ele parece uma representação do mundo ocidental moderno, então o mundo um pouco alienígena para o mundo indígena. Então se você utiliza esse mecanismo é uma modernidade, um avanço da modernidade dentro da aldeia, mas nós temos que utilizar esse momento para inserir nela os valores tradicionais para que o próprio valor tradicional seja visto como uma coisa boa também e ser seguido, porque eu vejo que quanto mais as novas tecnologias chegam, utilizando dela e estando fincado nas práticas tradicionais, te dá mais segurança, te dá mais sentido, você não se perde, senão os jovens ficam muito, não é fraco, mas uma insegurança psicológica, insegurança em termos de construção da identidade porque na internet tem muitas identidades para você criar, grupos, enfim opções imensas. Então hoje é interessante você estar forte na sua identidade tradicional para poder conhecer os demais e acrescentar nós, coisas boas. (Trecho de entrevista concedida em 23.11.2022, Eliel)

Na perspectiva de Eliel, a internet, sendo a “representação do mundo ocidental moderno”, se torna o local utilizado por indígenas para acessar conhecimento sobre a realidade fora da sua aldeia e produzir conhecimento sobre o seu território. Através, principalmente, das redes sociais, tem crescido o número de indígenas que utilizam a internet como plataforma para

“apresentar ao mundo ocidental” a sua identidade. Nesse sentido, a internet toma um papel distinto na construção de si do que o apresentado nas narrativas da seção anterior.

Enquanto as mulheres negras relatam que a entrada na universidade e, por conseguinte, o acesso ao conhecimento oriundo de outras pessoas negras foi parte central na sua construção enquanto mulheres negras, na narrativa de Eliel, a internet ocupa um lugar para falar sobre esse ser que já foi construído em seu território, e não um papel constitutivo no processo de construção de si. Em contrapartida, para Eliel, ao mesmo tempo que essa publicização da “identidade tradicional indígena” alcança inúmeras pessoas na internet, fortalecendo a cultura e a memória coletiva, a publicidade e a enxurrada de informações recebidas pode gerar uma “insegurança identitária”, que pode vir a levar indígenas a se afastarem das práticas e valores tradicionais. O reforço na importância da “identidade tradicional” se repete nas narrativas dos outros dois indígenas que ouvimos. Apesar da diferença geracional entre eles e de quanto o “receio” aparece de forma mais ou menos central, todos corroboraram a importância de manter os valores tradicionais da comunidade.

Kellen Vilharva Guarani Kaiowá<sup>34</sup>, jovem doutoranda da Unicamp, integrante do Coletivo de Estudantes Indígenas na universidade e também da etnia Guarani Kaiowá, traz em suas narrativas pontos de aproximação com Eliel, mas também apontamentos relacionados a gênero, colocando-se não só como indígena, mas como uma mulher indígena nesse lugar de produção de conhecimento na universidade pública.

Kellen inicia compartilhando que é do Mato Grosso do Sul, mas, no momento da entrevista, estava residindo em São Paulo para concluir seu doutorado em química médica. Semelhante a Eliel, ela destaca a televisão como a primeira tecnologia com a qual teve contato e a Lan House como o local onde acessava computador e internet até o início da faculdade. Assim como Diana, Kellen relata que, ao ingressar na universidade, enfrentou muitas dificuldades em seus estudos por não possuir um computador. Em decorrência dessa situação, sua família acabou adquirindo um equipamento e instalando internet em casa. Ela menciona que, como sua aldeia ficava próxima à cidade, a internet chegava via rádio, mas o sinal era bastante fraco. No entanto, atualmente, outras regiões próximas à sua comunidade têm acesso à internet e, na sua aldeia, a qualidade melhorou, facilitando o acesso.

Na mesma linha de Eliel, Kellen afirma que, anteriormente, quando a tecnologia de informação se limitava à televisão, era “mais restrita” e continha informações “equivocadas”. Contudo, hoje, com a internet, as comunidades conseguem ter conhecimento do que ocorre em outras regiões e conseguem denunciar casos ocorridos em seus territórios.

Com as tecnologias hoje a gente consegue saber o cenário do Brasil todo, antes era muito isolado, e com as tecnologias também passou a ser muito divulgado o conhecimento tradicional, discutido, trazer em pauta e dentro da academia não é diferente, cada vez que se publica artigo, livro, a gente divulga [...] A gente sabe o que o povo do Norte, do Nordeste, do Sul tá escrevendo, tá fazendo, os mesmos problemas, problemas diferentes, isso aproxima bastante as discussões. E a valorização do conhecimento tradicional, com as tecnologias, com as redes, com tudo [...] era muito restrito à televisão e na televisão passa muita coisa equivocada que às vezes não é certo,

---

<sup>34</sup> Kellen Vilharva, 27 anos, etnia Guarani-Kaiowá, reserva indígena de Jaguapiru, cidade de Dourados (MS), bióloga.

que às vezes são meias verdades, e com as tecnologias eu acho que hoje em dia nós indígenas temos autonomia para falar e não outros falarem por nós. (Trecho de entrevista concedida em 29.11.2022, Kellen)

Filha de duas lideranças de sua comunidade, Kellen relata que sempre esteve “a par das questões sociais voltadas para meu povo” e sempre se envolveu na organização da comunidade. Durante a graduação e o mestrado, que fez ainda morando em seu território, essas eram as questões que a atravessavam. Após a mudança para Campinas e a entrada na Unicamp, ela passou a se envolver “mais com a questão acadêmica indígena”.

Na graduação eu me envolvia muito mais na questão indígena, mais questão territorial, que é um fator muito grande lá na minha terra. [...] [Aqui] a gente vai falando não só do conhecimento tradicional indígena, mas do pesquisador indígena, as mulheres dentro das ciências, mais ou menos isso. [...] Como a gente é de várias etnias, cada um tem seu costume, a sua língua, suas crenças e quando eu cheguei aqui eu percebi que quem era muito escutado eram os homens porque dentro das etnias cada etnia tem sua característica. A minha é muito matriarcal, a gente escuta muito as mulheres, dá voz às mulheres, temos lideranças mulheres e alguns povos não são assim, são patriarcais, chegam com essa visão aqui na academia e acabam refletindo o que é lá na aldeia deles aqui. (Trecho de entrevista concedida em 29.11.2022, Kellen)

Kellen cria um espaço de troca entre as estudantes com objetivo de fortalecer as outras mulheres indígenas na universidade. Ela e outras estudantes criaram um grupo no WhatsApp para receber e acolher possíveis denúncias de machismo e violência, mas aponta que o objetivo principal do grupo é levar a “afetividade da aldeia para dentro desses espaços”.

Em artigo, Nara Rabelo e colaboradoras (2021) analisam o perfil de três lideranças indígenas, Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Watatakalu Yawalapiti, para compreender a produção de discurso das mulheres indígenas nas redes sociais. Um dos pontos trazidos pelas autoras que se encontram com as falas de Eliel e Kellen é que as redes sociais estão sendo utilizadas como ferramenta digital que possibilita visibilidade. Nessa linha, as lideranças mulheres indígenas vêm utilizando esse espaço para enunciar o protagonismo da mulher indígena e suas pautas.

“o feminismo da mulher indígena está intrínseco à luta coletiva de suas comunidades pela sobrevivência. Dessa forma, ao mesmo tempo em que elas reivindicam o cumprimento de políticas públicas e o respeito às suas comunidades, também lutam contra as práticas de exclusão e violência exercidas por homens de suas etnias, que não as consideram sujeitos de poder”. (Rabelo *et al* 2021: 271)

Assim como nos discursos analisados por Rabelo, Kellen marca o tempo todo, durante a entrevista, que ela fala da realidade do seu povo e de sua etnia, que não é o cenário do Brasil que tem muitas etnias e regiões geográficas completamente diferentes. Essa delimitação de estar falando a partir do seu povo e da sua aldeia surgiu na narrativa dos três interlocutores indígenas. Nesse sentido, vale ressaltar que o conjunto de narrativas presentes nesse artigo não foi trazido para propor análises acerca de toda a população indígena e, muito menos, da população negra<sup>35</sup>, mas para oferecer pistas, através desse pequeno recorte de narrativas, sobre como podemos

<sup>35</sup> Importante mencionar, por exemplo, que não entrevistamos homens negros nem pessoas negras oriundas de comunidades quilombolas, o que poderia trazer mais densidade e tensões entre as narrativas aqui organizadas.



refletir sobre o lugar que a internet ocupou, na última década, e tem ocupado, no acesso, na produção e na circulação de conhecimento e, conseqüentemente, quais são as possíveis estratégias para diminuição das desigualdades ainda presentes.

O terceiro e último interlocutor deste conjunto de narrativas é Richard Wera Guarani Kaiowá<sup>36</sup>, de uma aldeia que fica na capital de São Paulo, no Pico do Jaraguá. Ele começa a entrevista dizendo ter 19 anos e que seu primeiro contato com a tecnologia foi aos 13 ou 14 anos, quando fez sua primeira oficina de audiovisual. Richard, além de ser o mais jovem entre os seis entrevistados, é o único que não está ou esteve na universidade. No entanto, ele relata ter relações e contato com parentes que são estudantes universitários e compartilha uma trajetória semelhante à de Eliel devido ao seu trabalho com fotografia.

Assim como Eliel, Richard teve seu contato inicial com o audiovisual por meio de uma oficina em um projeto da Secretaria de Cultura e de um projeto do CTI (Centro de Trabalho Indigenista)<sup>37</sup>. Ele descreve o CTI como “um grupo de pessoas que traz equipamento na aldeia para os jovens praticarem, quando tem tipo jogos indígenas, quando tem um batismo na casa de reza, reforma na casa de reza, eles trazem equipamento para nós ao mesmo tempo mostrar nossa cultura e praticar mais aquelas tecnologias.”

Dado seu trabalho como fotógrafo, ele tem uma rede social ativa, mas diz que grande parte do que realiza é para o seu povo Guarani. Tal qual Eliel e Kellen, ao falar sobre a relação da internet como esse lugar de conhecimento sobre a comunidade, ele retorna ao passado quando as informações eram limitadas pela mídia e pela televisão.

[A] imprensa dava espaço para os indígenas, quem falava era só a FUNAI e os antropólogos. Mas hoje em dia não, hoje em dia nós podemos falar por nós mesmo, e nós temos os comunicadores, os influencers indígenas que fazem essas coisas, vamos dizer, essas aulas para esse povo. (Trecho de entrevista concedida em 23.11.2022, Richard)

Em artigo sobre Youtubers indígenas no Brasil, Rose Souza e Mônica Kaseker (2020) afirmam que as representações midiáticas dos indígenas e sua identidade cultural sempre foram mediadas pelas mídias tradicionais, criando, assim, no imaginário social uma imagem do que seria o indígena muito distante da realidade e da pluralidade. As autoras, em ressonância com outras bibliografias, consideram que a virada epistemológica na qual os indígenas passaram a reivindicar seus direitos e a representação de si se deu na redemocratização, marcada pela constituinte de 1988.

<sup>36</sup> Richard Wera Mirim, 19 anos, etnia Guarani-Mbya, Terra Indígena Jaraguá, São Paulo (SP), fotógrafo.

<sup>37</sup> Em seu site, o CTI, com sede em São Paulo, Brasília e Tabatinga, diz ter sido fundado em 1979 por antropólogos e indigenistas. Uma das duas linhas de ação é educação e ações e pontos culturais. Complementam afirmando ser “constituído por profissionais com formação e experiência qualificadas nos mais variados campos e comprometidos com o futuro dos povos indígenas”. Tem como marca de sua identidade a atuação direta em Terras Indígenas, por meio de projetos elaborados a partir de demandas locais, visando contribuir para a autodeterminação dos povos indígenas, com objetivos específicos de colaborar para que os povos indígenas exerçam o controle territorial e a gestão ambiental de seus territórios, além de apoiar sua afirmação étnica e cultural”. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/o-cti/quem-somos/>. Acesso em 13 mar. 2023.

Com o advento dos dados móveis de internet, esse processo passou por uma nova fase, na qual a popularização do acesso efetivamente se estendeu a comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.). Segundo as autoras, a emergência da causa indígena na internet seria denominada de “mediativismo”, expressando-se no surgimento de etnomídias, como a rádio Yandê, fundada em 2013. Atualmente, ela opera de maneira colaborativa na articulação de movimentos indígenas e na divulgação de materiais de mídia. Ao olharem para perfis de youtubers indígenas, elas consideram que:

Dentre as estratégias de fortalecimento das identidades étnicas usadas nos dois canais dos Youtubers indígenas brasileiros abordados neste artigo, a divulgação da cultura dos povos originários e o combate a estereótipos e preconceitos tem bastante relevância, pois promovem produção de conhecimento, troca de saberes, formas e expressões da cultura indígena, denúncias, possibilitando que mais pessoas e instituições conheçam esta outra realidade e se mobilizem para possíveis resoluções dos problemas apresentados.

Percebe-se o caráter híbrido das identidades, pois ao mesmo tempo em que priorizam as temáticas culturais e aspectos tradicionais de suas etnias, os youtubers analisados atualizam a imagem do indígena contemporâneo a partir do uso da tecnologia, do vocabulário e da abordagem de temas cotidianos. (Souza e Kaseker 2020: 314)

Na sequência da narrativa de Richard, ele faz uma distinção entre internet e redes sociais. Para ele, o conhecimento indígena na “internet” é produzido por não indígenas e considerado falso, enquanto o conhecimento nas “redes sociais” é protagonizado pelos indígenas e utilizado como canal de denúncia.

[N]a internet não somos nós que falamos por nós. São pessoas brancas que estudaram alguma coisa, que vão em uma aldeia, estudam um pouquinho, falam que aprendeu aquilo e colocam na internet [...] Então acho que nessa questão a internet não ajuda em nada porque ela leva uma informação que não é verdadeira para as pessoas. E tem muita coisa a aprender com os povos indígenas, eu sempre falo isso, tem muita coisa a aprender, a internet não ensina [...] a tecnologia traz para a gente, que é na questão das redes sociais, nas denúncias que a gente faz sobre as invasões que acontecem nas nossas terras [...] também, afeta na cultura porque quando pega muito celular não vai mais na casa de reza, não quer praticar cultura [...] Agora as plataformas mais usadas eu acho que o Instagram e o TikTok, algumas pessoas usam também, os influencers usam mais para contar histórias também. (Trecho de entrevista concedida em 23.11.2022, Richard)

Podemos afirmar que a diferença geracional entre Eliel, Kellen e Richard marca as distintas perspectivas sobre os usos contemporâneos das redes sociais pela comunidade. Entretanto, os três afirmam que as redes sociais podem, ao mesmo tempo, representar um espaço para discutir a “identidade tradicional”, compartilhar a verdadeira história e conhecimento do povo, mas também podem ser o local onde ocorre o afastamento dos valores e da cultura tradicional.

### **Considerações finais**

A análise das entrevistas destaca a centralidade do uso de tecnologias, especialmente da internet, na construção da identidade e aquisição de conhecimento pelas interlocutoras mulheres negras. Ao longo das trajetórias dessas três entrevistadas, como vimos, a internet proporcionou

acesso a informações que não eram amplamente difundidas em espaços tradicionais de conhecimento, como escola e universidade. Blogs e sites administrados por pessoas negras, dedicados à disseminação de conhecimentos produzidos por esse grupo, desempenham um papel marcante nas narrativas, influenciando significativamente a construção de suas identidades. A internet atua como mediadora, permitindo a articulação política dessas mulheres em grupos e coletivos que se expandem no ambiente virtual, por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens.

No caso das três pessoas indígenas entrevistadas, observamos uma dinâmica diferente em relação à internet e às tecnologias. Para eles, os espaços virtuais não têm um papel constitutivo significativo em seus processos de construção identitária. Nesse contexto, o uso da internet se destaca na capacidade dos indígenas de compartilharem suas próprias narrativas e conhecimentos construídos em seus territórios, sendo protagonistas ativos na produção de conhecimento, e não apenas objetos de estudo. Concluímos, assim, que a posição ocupada pela internet nas narrativas e experiências de sujeitos negros e indígenas é complexa e multifacetada. Este artigo, com suas limitações, oferece apenas algumas pistas iniciais a partir das narrativas apresentadas.

Algumas perguntas, entretanto, se mantêm: (i) como podemos compreender o papel de tecnologias diversas nos processos contemporâneos de subjetivação e construção de identidade? (ii) Como incorporar as desigualdades de acesso à tecnologia em análises considerando as violências que atravessam diferentes grupos a partir de um olhar interseccional? Em última instância, este texto visa a contribuir para análises e reflexões que considerem o uso de tecnologias, em geral, e o uso da internet, em particular, como elementos inerentes à realidade social, contemplando, assim, as diversas formas como essas ferramentas podem moldar as experiências e subjetividades dos sujeitos – assim como ser moldadas por elas.

### Referências Bibliográficas

- BRAH, Avtar. 2006. “Diferença, diversidade, diferenciação.” *Cadernos Pagu*, 26: 329-376.
- BLOGUEIRAS NEGRAS. “Blogueiras Negras: Quem somos?”. <https://blogueirasnegras.org/quem-somos/>.
- CARVALHO, J. 2016. *A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.
- COLLINS, Patricia Hill. 2019. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET. “Sobre o CGI.” <https://www.cgi.br/sobre/>.
- CONEXÃO MALUNGA. “Sobre o Conexão Malunga.” <https://conexaomalunga.org.br/sobre/>.
- DAS, Veena, et al. 2004. “Anthropology in the Margins of the State.” *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 30 (1): 140-144.

- DE SOUZA, Rose Mara Vidal, e Mônica Panis Kaseker. 2020. "Youtubers indígenas no Brasil: abordagens políticas e comunicativas." *Revista Alterjor* 22 (2): 298-316.
- ESTUDANTES INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL. 2020. "Desafios, protagonismo e interculturalidade no Ensino Superior." *Movimento-revista de educação* 7 (13).
- FACCHINI, Regina, Íris Carmo, e Stephanie Lima. 2020. "Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos." *Educação e Sociedade* 41: e230408.
- FANON, Franz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz, e Beatriz dos Santos Landa. 2021. "Encontros de Foletto." In *A cultura é livre: uma história da resistência anti propriedade*, editado por Leonardo Foletto. São Paulo: Autonomia Literária.
- FOUCAULT, Michel. 1984. *História da sexualidade I: a vontade de saber*.
- FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL. "Últimos informes FIB." <https://forumdainternet.cgi.br/>.
- GOMES, Nilma Lima. 2019. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 3rd ed. São Paulo: Autêntica Editora.
- GONZALEZ, Lélia. 2020. "Por um feminismo afro-latino-americano." In *Por um feminismo afro-latino-americano*, editado por Flavia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar.
- GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. "O que é Geledés." <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>.
- HALL, Stuart. 2000. "Quem precisa da identidade?" In *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, editado por Tomaz Tadeu Silva, 103-133. Petrópolis: Vozes.
- HANLEY, Douglas, e Neil Thompson. "Science Is Shaped by Wikipedia: Evidence From a Randomized Control Trial." [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3039505](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3039505).
- HOOKS, bell. 1995. "Intelectuais negras." *Estudos Feministas* 3 (2): 464-478.
- LIMA, Dulcilei C., e Taís Oliveira. 2021. "Negras in tech: Apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência." *Cadernos Pagu* 59.
- LIMA, Marcia. 2015. "Ações afirmativas e juventude negra no Brasil." *Cadernos Adenauer* 16 (1): 27-43.
- LIMA, Marcia, e Luiz Augusto Campos. 2020. "Apresentação: inclusão racial no ensino superior impactos, consequências e desafios." *Novos Estudos CEBRAP* 39: 245-254.
- LIMA, Stephanie P. 2020. "A gente não é só negro!": *interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

- LIMA, Stephanie P., Fernanda K. Martins, Alice de P. Lana, e Mariana Valente. 2022. *Desigualdades e conhecimentos. Transformações, desafios e estratégias após 10 anos da Lei de Cotas*. São Paulo: InternetLab.
- LIMA, Stephanie P., Fernanda K. Martins, Alice de P. Lana, e Mariana Valente. Forthcoming. “Explorando tensões entre conhecimento livre, equidade, e produção e circulação de saberes de/por pessoas negras e indígenas.” In *A Wikimedia no Brasil: o poder e os desafios do conhecimento livre*.
- NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). “Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: pesquisa TIC Domicílios, ano 2005.” <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2005/domicilios/>.
- NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). “Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: pesquisa TIC Domicílios, ano 2009.” <https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2009/domicilios/>.
- NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). “Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: pesquisa TIC Domicílios, ano 2021.” [https://cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2021\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf).
- PINTO, Alejandra Aguilar. 2015. “Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas, o caso dos Kariri-Xocó e Pankararu no Brasil.” *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação* 8 (1). <https://periodicos.umb.br/index.php/RICI/article/view/1987>.
- PRETALAB, e THOUGHTWORKS. “Preta report: #QuemCodaBr.” [https://assets-global.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b\\_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf](https://assets-global.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5d671881e1161a6d2b8eb78b_Pesquisa%20QuemCodaBR.pdf).
- RIFIOTIS, T. 2012. “Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica.” *Civitas: Revista de Ciências Sociais* 12: 566-578.
- RIOS, Flavia. 2014. *Elite política negra no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- RIOS, Flavia, e Regimeire Maciel. 2017-2018. “Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais.” *Labrys, Estudos Feministas*.
- RIOS, Flavia. 2008. *Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- SENNE, Fábio, Luciana Portilho, Fabio Storino, e Alexandre Barbosa. 2020. “Inclusão desigual: uma análise da trajetória das desigualdades de acesso, uso e apropriação da internet no Brasil.” *Law, State & Telecommunications Review* 12 (2): 187.

- SOUSA, Fernanda. 2022. *“A filha da Dona Lecy”: A trajetória de Leci Brandão*. São Paulo: Editora Gota.
- SOUSA, Fernanda. 2023. *“Se tudo é abusivo, nada é: fluxos, usos e mudanças de sensibilidades na produção da categoria ‘relações abusivas’.*” Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Programa de Ciências Sociais.
- SOUZA, Neuza Santos. 1983. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- TRABALHO INDIGENISTA (CTI). “Quem somos.” <https://trabalhoindigenista.org.br/octi/quem-somos/>.
- Transbordados. “Rumo a uma wiki decolonial: transbordando saberes e conhecimentos (...)” <https://www.youtube.com/watch?v=k2hdKG4t3Ww>.
- Werneck, Jurema. 2016. “Racismo institucional e saúde da população negra.” *Saúde e Sociedade* 25: 535-549.
- Wikipedia. “Conhecimento livre.” Última vez modificado em 11, 2022. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Conhecimento\\_livre](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conhecimento_livre).

## A INTERNET COMO ESPAÇO MULTIFACETADO: CIRCULAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DE SI PARA PESSOAS NEGRAS E INDÍGENAS

### Resumo

Em diálogo com autores(as) que investigam a relação entre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a sociedade, é possível afirmar que o acesso à internet é um fenômeno social significativo (Collado, 2008; Wajcaman, 2000; Lima e Oliveira, 2020). A internet e as tecnologias passam, então, a construir sentidos nos sujeitos, tornando-se espaços de formação de comunidades e, portanto, centrais no processo mais complexo da formação subjetiva. Este artigo, a partir de pesquisa realizada pelo InternetLab com apoio da Wikimedia Foundation, tem como objetivo contribuir com reflexões sobre a produção e circulação de conhecimento – online e offline – de pessoas negras e indígenas. Partimos assim da compreensão de que a internet se configura como local central na construção identitária desses sujeitos. Por meio da análise narrativa de entrevistas conduzidas com três mulheres negras e três indígenas pertencentes a distintas gerações, diferentes localidades do país e que pesquisam e/ou trabalham com internet, buscamos compreender como as trajetórias desses sujeitos, mesclada aos seus temas de ativismo e/ou pesquisa, lança luz a um entendimento mais profundo sobre como a internet se torna um mediador central no processo de transformação da experiência da linguagem de si e coletiva. Entre as conclusões, destaca-se que enquanto a internet, no caso das mulheres negras, figura de modo relevante em seus processos de construção identitária, nas narrativas indígenas esse ambiente é compreendido como um meio para circulação e divulgação de epistemologias indígenas.

### Palavras-chave

internet; produção de conhecimento; Tecnologias de Informação e Comunicação; inclusão digital; identidades.

## THE INTERNET AS A MULTIFACETED SPACE: CIRCULATION, KNOWLEDGE PRODUCTION, AND IDENTITY BUILDING FOR BLACK AND INDIGENOUS COMMUNITIES

### Abstract

In dialogue with authors investigating the relationship between Information and Communication Technologies (ICTs) and society, it can be said that access to the internet is a significant social phenomenon (Collado, 2008; Wajcaman, 2000; Lima & Oliveira, 2020). The internet and technologies then construct meanings in subjects, becoming spaces for forming communities and central to the more complex process of subjective formation. This article, based on research by InternetLab with support from the Wikimedia Foundation, aims to contribute to reflections on the production and circulation of online and offline knowledge by black and indigenous people. We start from the understanding that the internet is a central place in the identity construction of these subjects. Through the narrative analysis of interviews conducted with three black and three indigenous women belonging to different generations, different locations in the country and who research and/or work with the internet, we sought to understand how the trajectories of these subjects, mixed with their activism and/or research themes, shed light on a deeper understanding of how the internet becomes a central mediator in the process of transforming the experience of self and collective language. Among the conclusions, we highlight that while the internet, in the case of black women, plays an important role in their identity construction processes, in indigenous narratives, this environment is understood as a means of circulating and disseminating indigenous epistemologies.

### Keywords

internet; knowledge production; Information and Communication Technologies; digital inclusion; identity.